

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### PAUTA 016/2017

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos da Resolução n°. 005/2007, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 19 de setembro de 2017, terça-feira, à partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões na Sede do Ministério Público, situada à 5ª Avenida, 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

**1. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.9061/2017. ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA FREQUENTAR CURSO. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA ANA PATRÍCIA VIEIRA CHAVES DE MELO. RELATOR: CONSELHEIRO NIVALDO DOS SANTOS AQUINO.**

#### **2. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:**

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:**

- 2.1. Procedimento Ministerial SIMP nº 054.0.12624/2012, da Promotoria de Justiça de Cândido Sales;
- 2.2. Inquérito Civil nº 682.0.7242/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Caetité;
- 2.3. Inquérito Civil nº 647.0.127870/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 2.4. Inquérito Civil nº 596.0.119632/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.5. Procedimento Ministerial nº 138.9.3304/2017, da Promotoria de Justiça de João Dourado;
- 2.6. Inquérito Civil nº 003.0.27862/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.7. Inquérito Civil nº 003.9.270007/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.8. Procedimento Ministerial nº 003.0.93645/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.9. Inquérito Civil nº 001.0.207048/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:**

- 2.10. Procedimento Ministerial SIMP nº 202.0.259359/2016, da Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira;
- 2.11. Inquérito Civil nº 590.0.140974/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.12. Inquérito Civil nº 674.0.166581/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.13. Inquérito Civil nº 003.0.100321/2011, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.14. Inquérito Civil nº 167.0.103256/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 2.15. Procedimento Ministerial nº 247.9.82250/2017, da Promotoria de Justiça de Riacho Santana;



- 2.16. Procedimento Ministerial nº 644.0.193964/2011, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 2.17. Procedimento Ministerial nº 003.0.115767/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.18. Inquérito Civil nº 003.0.21517/2013, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Capital;
- 2.19. Procedimento Ministerial nº 003.0.52213/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 2.20. Procedimento Ministerial nº 608.0.222480/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.21. Procedimento Ministerial nº 003.9.59013/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.22. Procedimento Ministerial nº 035.9.90908/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 2.23. Procedimento Ministerial nº 003.9.15288/2017, da 5ª Promotoria de Justiça da Cidadania da Capital;
- 2.24. Inquérito Civil nº 003.0.3776/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.25. Procedimento Ministerial nº 035.9.155094/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 2.26. Inquérito Civil nº 202.0.139133/2014, da Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira;
- 2.27. Inquérito Civil nº 001.9.154826/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.28. Inquérito Civil nº 656.0.233175/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:**

- 2.29. Inquérito Civil SIMP nº 035.9.5451/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 2.30. Inquérito Civil nº 003.0.124814/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.31. Inquérito Civil nº 003.0.124814/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.32. Inquérito Civil nº 702.0.79871/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 2.33. Procedimento Ministerial nº 114.0.248214/2013, da Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 2.34. Procedimento Ministerial nº 696.0.88159/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.35. Inquérito Civil nº 597.0.195249/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.36. Procedimento Ministerial nº 600.9.50794/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:**

- 2.37. Inquérito Civil SIMP nº 656.0.233171/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
- 2.38. Procedimento Ministerial nº 596.9.48555/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 2.39. Inquérito Civil nº 656.0.24613/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
- 2.40. Inquérito Civil nº 137.0.160776/2013, da Promotoria de Justiça de Jitaúna;
- 2.41. Procedimento Ministerial nº 608.0.217733/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de

Jequié;

2.42. Inquérito Civil nº 709.0.32578/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

2.43. Inquérito Civil nº 114.0.159655/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;

2.44. Procedimento Ministerial nº 085.0.884/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida;

2.45. Procedimento Ministerial nº 003.0.84332/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

2.46. Inquérito Civil nº 696.0.220163/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;

2.47. Procedimento Ministerial nº 596.0.95201/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

2.48. Procedimento Ministerial nº 247.9.82818/2017, da Promotoria de Justiça de Riacho de Santana;

2.49. Procedimento Ministerial nº 933.0.90249/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

2.50. Procedimento Ministerial nº 003.0.165445/2015, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

2.51. Inquérito Civil nº 644.9.269257/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Valença;

2.52. Inquérito Civil nº 167.0.114695/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

2.53. Procedimento Ministerial nº 247.9.82715/2017, da Promotoria de Justiça de Riacho de Santana;

2.54. Procedimento Ministerial nº 114.0.148128/2016, da Promotoria de Justiça de Entre Rios.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:**

2.55. Pedido de Reconsideração no Recurso Administrativo nº 003.0.266837/2016, apenso nº 003.0.173743/2016, do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça;

2.56. Procedimento Ministerial nº 003.0.233004/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

2.57. Procedimento Ministerial nº 003.9.140737/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

2.58. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.115922/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

2.59. Inquérito Civil nº 708.0.157096/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

2.60. Procedimento Ministerial nº 608.0.248169/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.61. Inquérito Civil nº 001.9.166336/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.62. Inquérito Civil nº 646.0.177553/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

2.63. Inquérito Civil nº 167.0.75856/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

2.64. Procedimento Ministerial nº 043.9.43881/2017, da Promotoria de Justiça de Itagibá;

2.65. Inquérito Civil nº 306.9.63625/2017, da Promotoria de Justiça de Santa Maria da Vitória;

2.66. Inquérito Civil nº 003.0.95267/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

2.67. Procedimento Ministerial nº 003.9.22518/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

- 2.68. Procedimento Ministerial nº 114.0.83692/2011, da Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 2.69. Procedimento Ministerial nº 600.9.64765/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA**

- 2.70. Procedimento Ministerial nº 003.0.226619/2014, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 2.71. Inquérito Civil nº 190.0.115251/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 2.72. Inquérito Civil nº 702.0.135218/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 2.73. Procedimento Ministerial nº 003.0.206150/2010, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Ilhéus;
- 2.74. Inquérito Civil nº 702.0.154951/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 2.75. Procedimento Ministerial nº 521.0.119163/2016, da Promotoria de Justiça de Nova Fátima;
- 2.76. Inquérito Civil nº 003.0.64128/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 2.77. Procedimento Ministerial nº 003.0.250610/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.78. Procedimento Ministerial nº 003.0.154094/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 2.79. Inquérito Civil nº 646.0.206715/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.80. Inquérito Civil nº 646.0.201900/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:**

- 2.81. Procedimento Ministerial nº 202.0.51101/2012, da Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira;
- 2.82. Procedimento Ministerial nº 137.0.215378/2015, da Promotoria de Justiça de Jitaúna;
- 2.83. Procedimento Ministerial nº 202.9.37981/2017, da Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira;
- 2.84. Inquérito Civil nº 003.0.174129/2012, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 2.85. Inquérito Civil nº 001.9.129603/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.86. Inquérito Civil nº 001.9.165318/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.87. Procedimento Ministerial nº 720.0.228842/2012, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;
- 2.88. Procedimento Ministerial nº 608.9.43115/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.89. Procedimento Ministerial nº 247.9.82325/2017, da Promotoria de Justiça de Riacho de Santana;
- 2.90. Inquérito Civil nº 646.0.179731/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.91. Inquérito Civil nº 596.0.139048/2010, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.92. Inquérito Civil nº 003.0.243426/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.93. Inquérito Civil nº 003.1.2046/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.94. Procedimento Ministerial nº 600.9.106919/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

2.95. Inquérito Civil nº 003.0.67861/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:**

2.96. Inquérito Civil nº 594.0.84566/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Canavieiras;

2.97. Inquérito Civil nº 598.0.53976/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

2.98. Procedimento Ministerial nº 003.0.133272/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

2.99. Inquérito Civil nº 708.0.11505/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Teixeira de Freitas;

2.100. Procedimento Ministerial nº 592.0.19530/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

2.101. Procedimento Ministerial nº 003.9.268017/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

2.102. Procedimento Ministerial nº 598.0.224722/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

2.103. Inquérito Civil nº 678.0.222361/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;

2.104. Inquérito Civil nº 167.0.118366/2014, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Mata de São João;

2.105. Procedimento Ministerial nº 598.0.155605/2016, da 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Juazeiro;

2.106. Inquérito Civil nº 644.0.160425/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

2.107. Procedimento Ministerial nº 001.0.168095/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.108. Procedimento Ministerial nº 003.0.219317/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

2.109. Inquérito Civil nº 003.0.107558/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Poções;

2.110. Procedimento Ministerial nº 591.0.136065/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

2.111. Inquérito Civil nº 592.0.42280/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

2.112. Inquérito Civil nº 003.0.33725/2014, da Promotoria de Justiça de Novo Mundo;

2.113. Procedimento Ministerial nº 708.0.173427/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

2.114. Inquérito Civil nº 692.0.71168/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Guanambi;

2.115. Inquérito Civil nº 712.0.176634/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;

2.116. Inquérito Civil nº 592.0.127826/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

2.117. Inquérito Civil nº 003.0.40521/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

2.118. Procedimento Ministerial nº 003.1.12417/2003, da Promotoria de Justiça de Juazeiro;

2.119. Procedimento Ministerial nº 720.0.139699/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;

2.120. Inquérito Civil nº 003.0.227647/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

2.121. Inquérito Civil nº 003.0.166616/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de



Candeias;

2.122. Procedimento Ministerial nº 521.0.163589/2016, da Promotoria de Justiça de Nova Fátima;

2.123. Procedimento Ministerial nº 003.0.115938/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

2.124. Inquérito Civil nº 709.0.72593/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

2.125. Procedimento Ministerial nº 596.0.28153/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

2.126. Procedimento Ministerial nº 703.9.9612/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;

2.127. Procedimento Ministerial nº 085.9.129630/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida;

2.128. Procedimento Ministerial nº 003.9.15626/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

2.129. Procedimento Ministerial nº 608.0.11002/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.130. Inquérito Civil nº 003.0.45733/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

2.131. Procedimento Ministerial nº 720.0.261819/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;

2.132. Procedimento Ministerial nº 598.0.219924/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

2.133. Inquérito Civil nº 656.0.25355/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas.

### **3. O QUE OCORRER.**

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, 11 de setembro de 2017.

**EDIENE SANTOS LOUSADO**  
Procuradora-Geral de Justiça  
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público